



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Fluxos Migratórios e Políticas Sociais

Migrações Internacionais: pressupostos teóricos em disputa

Ineiva Terezinha Kreutz¹

Alex Fabiano de Toledo²

Daniela Joana Magalhães Monteiro da Silva³

Resumo: O artigo apresenta algumas considerações sobre como as principais teorias das migrações buscam apreender os determinantes que incidem na (re)produção das migrações internacionais. Como objeto analítico no vasto campo disciplinar, identifica-se expressivo conjunto teórico construído a partir de interesses das classes em disputa, que acabam por impor e difundir os dogmas hegemônicos da ciência burguesa em uma conjuntura de acirramento dos conflitos entre capital e trabalho. Ancorado na revisão bibliográfica e apoiado na perspectiva crítico-dialética, têm-se o entendimento de que as categorias da teoria social de tradição marxista abarcam potencial explicativo e ainda são profícuas para explicar as migrações internacionais.

Palavras-chave: Migrações Internacionais; Teorias sobre Migrações; Produção do conhecimento.

Abstract: The article presents some considerations on how the main migration theories seek to understand the determinants that affect international migration's (re)production. As an analytical object in the vast disciplinary field, we identify an expressive theoretical set built from the interests of the competing classes, which end up imposing and spreading the hegemonic dogmas of bourgeois science in a situation of intensifying conflicts between capital and labor. Anchored in the bibliographical review and supported by the critical-dialectic perspective, it is understood that the categories of social theory of the Marxist tradition encompass explanatory potential and are still fruitful in explaining international migration.

Keywords: International Migrations; Theories about Migration; Production of knowledge.

INTRODUÇÃO

A análise das migrações internacionais exige referências que dizem respeito à forma como compreendemos os sujeitos migrantes e como explicamos o contexto que produz os processos migratórios. Por entender as migrações como expressão de relações sociais

¹ Professora do Curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Toledo, Paraná/Brasil, Doutora. E-mail: ineivakreutz@gmail.com.

² Professor do Curso de Licenciatura em Serviço Social, Instituto Politécnico de Viseu - Escola de Tecnologia e Gestão de Lamego/Portugal, Pós-Doutor. E-mail: alextoledope@hotmail.com.

³ Professora da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional de Braga/Portugal, Doutora. E-mail: dmonteiro@ucp.pt



vigentes na sociedade capitalista, uma das exigências é pensar para além da abordagem estática entre o cruzar ou o ficar nas bordas das fronteiras territoriais entre países, referenciadas no raciocínio linear que tipifica o sujeito migrante como um indivíduo livre, autossuficiente e descolado de sua posição na estrutura das classes sociais. Tais perspectivas, reproduzidas sob o ponto de vista hegemônico da razão instrumental e pragmática (que seleciona o “bom migrante” medido pela sua “utilidade” no país de destino) assim como, pelas cartografias geográficas e geopolíticas dominantes (cuja força retórica dos mapas sustenta e delimita a posse e o domínio do território sob o capital e a soberania do Estado-nação) limitam o conhecimento dos sentidos e significados das migrações internacionais na ordem burguesa. Como ocorre com todas as manifestações sociais concretas, a produção do conhecimento em torno das migrações internacionais e dos sujeitos migrantes supõem um certo grau de arbitrariedade na delimitação teórica empregada para a sua compreensão e análise. A categoria migração é complexa e tampouco existe consenso em torno dela no âmbito das teorias.

Uma das provocações que se coloca é desvendar as determinações subjacentes que tangenciam as migrações internacionais, o que implica abordar a sua relação com a totalidade da vida social. Isto é, mediatizada por indicadores que indicam o lugar dos migrantes na sociedade por sua procedência de classe social, ao determinar as formas de inserção dos trabalhadores migrantes na esfera da produção do capital e sua dinâmica de acumulação, geradora e reprodutora da pobreza estrutural de natureza multidimensional e das reiteradas condições de desigualdade e subalternidade relacionadas ao campo da cultura, da política, do gênero, da raça e de etnia. Um número expressivo de contribuições teórico-conceituais busca problematizar e explicar, sob diferentes interpretações, as complexas interligações entre as dimensões sociais, econômicas, culturais, jurídicas e institucionais às causas e consequências das migrações internacionais. Segundo Patarra, o debate teórico sobre as migrações internacionais evidencia

posturas ideológicas e visões de mundo que se confrontam na tentativa de enfrentamento das contradições e crise da ordem capitalista hegemônica [...] que, depois do fim da guerra fria e da expansão da etapa de flexibilização de acumulação de capital, alinha os países desenvolvidos e em desenvolvimento, colocando em xeque as possibilidades daqueles que não pertencem ao banquete dos ricos, industrializados, desenvolvidos e felizes *versus* os pobres, sempre em desenvolvimento dificilmente completado, cuja dinâmica gerou os novos contornos da pobreza e exclusão, novos pequenos ‘oásis’ internos de dinamismo econômico e novos limites para a ação de políticas de *welfare state* e de proteção social (Patarra, 2006, p. 7).

Enquanto objeto da produção do conhecimento, entende-se que a problematização sobre as migrações internacionais não se reduz na imediatez aparente dos fatos ou na sequência linear de acontecimentos empíricos, nem se fazem alheias aos antagonismos e às relações de forças que se estabelecem - na história, no tempo e no espaço - entre as



classes sociais e seus mecanismos de poder econômico, político e cultural, em disputa. As migrações estão inexoravelmente relacionadas às múltiplas mediações que constituem a tessitura das relações sociais que produzem as condições objetivas de vida e de trabalho humano, seus movimentos e transformações processuais. Portanto, conectadas à existência das condições materiais de produção e reprodução da vida social, que lhes dão efetividade. Se inserem no contexto social em permanente movimento, no qual se criam as condições para a reprodução da classe trabalhadora “livre” para circular/migrar em distintos tempos, espaços e territórios (porque despossuída dos meios de subsistência e produção) e, ao mesmo tempo, “obrigada” a circular/migrar, sobretudo pela ausência de acessos aos bens socialmente produzidos e em busca de compradores da única mercadoria de que dispõe: a força de trabalho. Longe de estar fora das lutas sociais, dos processos políticos, econômicos e culturais, os processos migratórios encontram-se profundamente imersos na trama de relações sociais concretas que gestam as condições objetivas e subjetivas necessárias à manutenção da vida dos que vivem do trabalho, dentre estes, os migrantes e sua referência coletiva de sujeitos subalternizados da classe trabalhadora.

Nessa direção, este trabalho apresenta algumas considerações (e inquietações) a respeito de como as principais teorias das migrações buscam apreender o sujeito migrante e como procuram explicar os determinantes que incidem na (re)produção das migrações internacionais, operadas pelo modo de produção capitalista e seus processos simultâneos de expropriação conservada e reproduzida. Entende-se que o arcabouço teórico é considerado elemento essencial para a compreensão da vida social, com rebatimentos nos conteúdos éticos, ideopolíticos e práticos. Como objeto analítico no vasto campo disciplinar, identifica-se um conjunto teórico sobre as migrações internacionais construído e sustentado a partir de interesses específicos e particulares da ordem hegemônica vigente, que acabam por impor e difundir os dogmas da ciência burguesa. Amplamente lastreado na sociedade política e civil, tal arcabouço teórico apresenta, em geral, uma formulação teórica unidirecional, a-histórica, destituída dos conflitos de classe em disputa, e pretensamente neutral em sua relação com a ordem socioeconômica e política capitalista.

Ante a predominância da visão teórica e política dominante sobre as migrações e endossadas pelas principais organizações internacionais e, sobretudo, por governos dos países do capitalismo central em aliança com as elites dos países periféricos e dependentes, tais formulações têm inflexão na agenda temática e de atenção governamental (prioritária ou não) tratada pelos Estados nacionais. Seu potencial teórico, perspectivas analíticas e categorias jurídicas incidem nos momentos específicos da materialização ou concretização das políticas públicas no campo dos direitos para a população migrante, com predomínio nos localismos e de corte nacionalista, marcados em



princípios que sustentam a gestão ou governança migratória, a segurança nacional, a securitização das fronteiras e, não raras vezes, a criminalização dos migrantes.

De um lado, constata-se que as teorias sobre as migrações seguem apresentando muitas sombras sobre as determinações de suas manifestações concretas, com tendências explicativas focadas no indivíduo pretensamente autônomo (pelos seus atributos, racionalidades decisórias e habilidades pessoais). Portanto, à revelia da totalidade sócio-histórica e que reverberam, com força, no contexto da governança global migratória. Por outro lado, algumas luzes teóricas enfatizam a visão crítica sobre o fenômeno migratório e questionam tais fundamentos teóricos, políticos e ideológicos, colocando em evidência o seu fundamento, o que exclui qualquer pretensão de neutralidade: “se trata de un proyecto de clase que pretende concentrar el poder y la riqueza en la clase capitalista transnacional a costa del desmantelamiento de las economías nacionales y de la cancelación de las condiciones de vida y trabajo de millones y millones de personas en el planeta” (Covarrubias, 2010, p. 75).

A intenção, no presente trabalho, não é apresentar o “estado da arte” sobre as teorias das migrações. O afazer que se estabelece é desvelar, nas formulações teóricas, como a totalidade da vida social se expressa (ou não) na singularidade das migrações internacionais, mutuamente determinadas e globalmente interconectadas.

1 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: DO QUE SE TRATA?

O conhecimento da realidade social tem na experiência prática cotidiana e imediata, isto é, na sua aparência fenomênica, um importante marcador. O que não tem qualquer aparência não pode ser conhecido. No entanto, conforme Netto, “o conhecimento começa com a experiência, tem nela seu ponto de partida. Mas apenas o ponto de partida” (2011, p. 335). É preciso ir além da aparência enganosa dos sentidos imediatos, das formas ideológicas de seu movimento ou da percepção visual dos fenômenos sociais que dão a impressão de serem condições naturais, entre eles, as migrações internacionais na sociabilidade capitalista.

O movimento histórico das revoluções que conferiu o triunfo ao capitalismo, concomitantemente à emergência da sociedade burguesa e ascensão do Estado burguês, reverberou em intensas transformações societárias que conectaram todas as esferas da vida humana e produziram uma nova história social do trabalho e da emergente classe trabalhadora, com a distribuição assimétrica do poder e da riqueza entre as classes sociais e as nações. Se o mundo até então era essencialmente rural, com o advento sociedade moderna a vida cidadina constituiu-se em um importante vetor da industrialização e da reprodução ampliada do capital. O campo passou a ser, forçosamente, coadjuvante de uma



profunda alteração na estrutura social camponesa (e urbana), originada pelas expropriações e expansões intensivas e extensivas do capital no mundo agrário. Foram e são multidões coercitivamente deslocadas por pressões econômicas e expostas a situações que lhes são completamente adversas, intensificadas pela perda de nexos territoriais, laços comunitários, tradições culturais e ou inseridas, em sua maioria, na crescente existência de um exército industrial de reserva. “Em termos de produtividade econômica, esta transformação social foi um imenso sucesso; em termos de sofrimento humano, uma tragédia” (Hobsbawm, 1977, p. 66). Para o autor, novas linguagens e algumas palavras são testemunhas que muitas vezes falam mais alto que os documentos (palavras tais como: burguesia, classe trabalhadora, indústria, proletário, pauperismo, salário, luta de classe).

São cunhagens de novas palavras e com sentidos reveladores da modernidade que estabeleceu a maior transformação da história humana em todos os quadrantes do mundo, ao concentrar a riqueza, renda, propriedade e poder político num marco histórico em que a “questão social” se gesta e se agrava, em todas as dimensões. O processo de modernização social e cultural (incluindo a economia e o Estado) vinculados ao progresso tecnológico, ao controle humano sobre a natureza, ao racionalismo formal-abstrato, ao reinado da liberdade individual e à produção de riquezas mediante a exploração da força de trabalho assalariada alterou os processos de produção do conhecimento e as formas de interpretar o mundo. Essas questões, decisivas para estabelecimento e expansão do modo de produção capitalista, dependiam, ao mesmo tempo, de novos modos de pensar a sociedade no compêndio do pensamento político, social e científico para o sustentáculo da ordem burguesa.

A burguesia (a classe que personifica o capital) e as estruturas econômicas, sociais e políticas estabelecidas precisavam, para sua perpetuação, “de um ideário, um sistema explicativo capaz de afastar as ameaças das lutas sociais e políticas que emergiam nesse contexto” (Simionatto, 2009, p. 90). Trata-se do suporte teórico buscado na matriz positivista, cujo “horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade” (Yazbek, 2009, p. 147), que vincula-se a uma pretensa neutralidade do conhecimento social e a um saber utilitário que nega a dimensão dialética, histórica e humana da práxis social, tal como são as necessidades do capital(ismo). Simultaneamente, fortalece o terreno da visão fetichizada e da compreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser e da vida social, além de oferecer respostas simplistas a questões complexas da realidade, sem dar conta dela no concretismo da sua história. Isso é explicado, em parte, pelo crescimento da produção do conhecimento ou das ciências voltadas para interesses práticos segundo a ótica burguesa, que “potencializam o desenvolvimento industrial, tecnológico e as ramificações do desenvolvimento do capital e,



por conseguinte, negam radicalmente a condição do trabalho em favor da lógica do capital” (Lara, 2007, p. 75). É nesse contexto e no plano da vida social concreta, que as ideias, explicações, racionalizações, retóricas e discursos subjacentes precisam ser indagadas e analisados para se conhecer o que realmente acontece e o que se busca ao ocultar a essência que conforma os fenômenos sociais – tais como as migrações internacionais – pois não se trata de um fenômeno localizado e a sua apreensão não é inocente de interpretações.

No cânone do pensamento e estruturas modernas de conhecimento ocidentalizado, a produção teórica nas ciências sociais e nas humanidades pode ser reveladora de um conjunto de determinações interconectadas e inter-relacionadas, cujas implicações possibilitam contribuir para a compreensão dos fundamentos constitutivos das migrações internacionais, e ou, propositadamente, podem ser encobertas pela razão instrumental, pela racionalidade formal-abstrata, pelo solipsismo cartesiano, pelo véu ideológico do “mundo da pseudoconcreticidade” (Kosik, 1976), com potencialidade de abordagens unilaterais, monocausais, idealistas, funcionalistas e a-históricas. O desenvolvimento de uma teoria ou de uma forma de pensamento não estão desvinculadas da esfera econômica, de suas implicações na esfera social e do papel das ideologias na análise e compreensão da realidade. Como objeto de estudo e nessa perspectiva, as migrações internacionais estão carregadas de significados (re)velados que ganham espaço na sociedade do descarté, do efêmero e do passageiro que se desenvolvem e se disseminam em torno da ideologia capitalista, sob a forma acentuada de mercantilização do trabalho, de controle dos comportamentos e dos modos de vida adequados à manutenção da racionalidade capitalista. Não há outro lugar que o mito da neutralidade ideológica seja mais forte do que na rota do capital, em seu cenário histórico-temporal.

Sob outra perspectiva e em oposição à “razão instrumental”, o conhecimento derivado da razão ontológica e dialética da teoria social de Marx, “não se restringe à mera aparência, aos elementos imediatos da vida social, mas implica o desvendamento de todas as suas determinações e relações intrínsecas: sociais, econômicas, políticas e culturais” (Simionatto, 2009, p. 90-91). Infere-se, por conseguinte, a necessidade de desvelar as determinações histórico-concretas do modo de ser e de reproduzir o ser social, a vida social. Cabe reconhecer, ante a descomunal desigualdade econômico-social, pauperismo, fome, trabalhos precarizados, desemprego, desproteção social, violações de direitos humanos, guerras e deslocamentos forçados, que a humanidade se defronta com um verdadeiro “decifra-me ou te devoro”. Nesse universo, conhecer e analisar os nexos relacionais que consubstanciam o fenômeno das migrações internacionais possibilita romper com o véu nebuloso que encobre a essência das múltiplas determinações que move os trabalhadores e suas famílias a migrar. Determinações que têm aprofundado, de forma intensiva e extensiva,



as formas de expropriações (materiais, culturais, simbólicas) que incidem nas condições materiais de existência da classe trabalhadora. Ademais, expressam as tragédias e a barbarização da vida humana que interdita qualquer ilusão acerca das potencialidades emancipadoras na sociabilidade capitalista.

Isso não significa sustentar a visão fatalista e imobilizante que tenta nos convencer de que nada se pode fazer ante a realidade social, na qual o movimento do capital obscurece as relações sociais que fundam e reproduzem sua dominação social assentada em explorações, expropriações e pilhagens de todas as ordens. Também não se reduz à visão ancorada no determinismo economicista dominante, depurado de preocupações históricas, políticas e sociais ao excluir, de suas análises, os processos e relações sociais que substanciam a totalidade da vida social; ou, ainda, circunscrever a apreensão centrada no superdimensionamento do cotidiano, através da supervalorização das vivências particulares dos migrantes, desvinculadas da historicidade que a fundamenta. Igualmente não se restringe à compreensão dos migrantes tematizados como “novos sujeitos sociais”, ou nas propaladas “emergências migratórias”, tidas e noticiadas como expressões da “*nova questão social*”. Se assim o for, tal determinismo é intelectual e humanamente insuportável (Fontes, 2009), pois nos faz perder de vista os nexos ontológicos do conjunto das relações constitutivas da realidade social e, ao mesmo tempo, induz a um falseamento ou fragmentação do conhecimento sobre os processos migratórios, destituídos da perspectiva de uma totalidade articulada e historicamente constituída.

Certamente o fôlego dos debates e os referenciais teóricos que orientam a produção do conhecimento sobre as migrações internacionais nada têm de neutros e casuais, sobretudo, em tempos de reprodução exacerbada do ideário neoliberal e neoconservador da ordem capitalista, com forte apelo moral e movido por manifestações discursivas e práticas conectadas a fundamentalismos, xenofobias e discriminações.

Desde o último quartel do século XX, as pesquisas dedicadas à temática das migrações foram enriquecidas pela diversidade de referenciais teóricos, com a adoção de paradigmas de análise situados no pêndulo entre a “racionalidade formal-abstrata” ou “razão instrumental” de matriz positivista e a “razão crítico-dialética”.

No enfoque do fenômeno migratório, as distintas perspectivas teóricas buscam explicar as causas das migrações, as regularidades empíricas e estatísticas dos processos migratórios, seus desdobramentos e repercussões sociais, econômicas, políticas, culturais. Situam-se entre a abordagem microssocial (subproduto do individualismo e nacionalismo metodológico característicos da teoria liberal e referenciado no singular, no pontual, na vida cotidiana imediata) e a abordagem macrossocial (o universal, o ser social, a estrutura, a realidade, a vida social). Daí se deriva um elenco de questões, com distintos sistemas explicativos, tais como: Quem são os migrantes? Por que e como migram? O que se



pretende com a migração? Por que determinados países recebem mais migrantes do que outros? Como são recebidos nos países de destino? Que impactos têm os migrantes na vida das sociedades de destino, na sua cultura e nas suas instituições políticas?

No campo teórico ainda são dominantes as abordagens focadas nas rotas migratórias de partida, trânsito e chegada dos migrantes a um novo destino. Além disso, ao analisar a miríade das teorias, a visão de governos e de organismos internacionais que se impõem hegemônicos sobre o tema, as migrações internacionais frequentemente referem-se à deslocação de pessoas em seu processo de atravessamento de uma fronteira internacional entre Estados nacionais, “independentemente da extensão, da composição ou das causas”, como expresso no entendimento da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2009, p. 40). Porém, muitas lacunas ficam em aberto e muitos interesses de classe, em disputa, permanecem ocultos.

2 EXPRESSÕES IDEOCULTURAIS CAPITALISTAS E SUAS REFRAÇÕES NAS TEORIAS DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Os esforços de teorização sobre as migrações internacionais são relativamente recentes e pertencentes a diferentes campos do conhecimento. Economia, ciência política, história, antropologia, sociologia, demografia e direito têm sido solos disciplinares férteis nos estudos sobre as migrações internacionais, mas não os únicos. A teorização sobre os processos migratórios não foi objeto central de estudo e ou exclusivo de cada uma das áreas de conhecimento, pois aparecem como tema secundário no âmbito das ciências sociais e humanas e emergiram, ao longo do tempo, num extenso e um tanto desordenado debate intelectual (Arango, 2003).

Em geral, a construção das teorias sobre as migrações internacionais foi desenvolvida isoladamente umas das outras e no limite de cada disciplina científico-social. Como era de se esperar, argumenta Castles (2010), os novos pesquisadores, à medida que se vêm atraídos pelo estudo das migrações, “têm aplicado as ferramentas conceituais e metodológicas de suas próprias disciplinas. As estruturas de incentivo da hierarquia acadêmica, baseada na disciplina, fazem este fato difícil de ser evitado” (Castles, 2010, p. 19). O resultado disso, com frequência, é que as pesquisas sobre as migrações internacionais se apresentam compartimentalizadas em domínios fragmentados das áreas do saber, de acordo com o padrão moderno e dominante de cientificidade. Ou seja, a divisão do conhecimento é a expressão da forma que assumiu a divisão social do trabalho na própria universidade burguesa.

Partindo desse contexto, as teorias dominantes sobre as migrações apresentam-se fracionadas ou aprisionadas à concepção etapista de desenvolvimento socioeconômico e



centradas em uma concepção linear de história. Além disso, prevalecem as tendências aos regionalismos, localismos ou nacionalismos, com pouca colaboração analítica e metodológica entre as disciplinas. Ou, ainda, o conhecimento é produzido pela justaposição de partes desconexas, que impedem uma visão de totalidade da realidade migratória. Os enfoques isolados do viés disciplinar, sem que se afaste da hierarquização entre as áreas do saber e sem a sua articulação interdisciplinar, “tem geralmente significado uma abordagem reducionista, que foca aspectos limitados das experiências migratórias, bloqueando o conhecimento do processo migratório como um todo” (Castles, 2010, p. 19).

A partir dos anos de 1980 têm sido particularmente prolíficos em termos de teorias, abordagens e perspectivas analíticas sobre o tema, além de fornecer abundantes evidências empíricas. Significativa parte da literatura produzida neste universo teórico para explicar as migrações internacionais se fundamenta nas perspectivas da economia clássica e neoclássica – e de cunhagem (neo)liberal –, dentre as quais, destacam-se: Teoria Econômica Clássica e seus modelos macro e microeconômicos; Teoria neoclássica dos fatores *push-pull*; Teoria da Nova Economia da Migração do Trabalho; Teoria *melting pot* dos processos de integração social e a assimilação cultural dos migrantes, da Escola de Chicago; Teoria do Mercado de Trabalho Dual ou Segmentado; Teoria do Sistema-Mundo; Teoria dos Sistemas Migratórios; Teoria de Análise das Redes Sociais Migratórias; Teoria da Causalidade Cumulativa; Teoria do Transnacionalismo; Teoria do Capital Humano; Teoria da Transição da Mobilidade Migratória; e a teoria “*migration hump* (una versión neomalthusiana asociada a las teorías de la modernización)” (Covarrubias; Delgado Wise, 2012, p. 6).

No campo das migrações internacionais, tais perspectivas tendem a explicar as migrações associadas aos fatores de expulsão e atração (*push-pull*); privilegiar o indivíduo e ou a família como unidade de análise, sem o vínculo de classe social (classe trabalhadora) e desprovida de causalidades históricas e estruturais; os migrantes são tidos como agentes econômicos racionais, tomadores autônomos de suas decisões de migrar; as migrações internacionais adquirem uma dinâmica própria e autogerada; os fluxos migratórios são impulsionados por laços ou redes sociais existentes entre os migrantes dos países de origem e de destino; se omitem as causas estruturais da migração, assim como, se omitem as expropriações e explorações da força de trabalho migrante que oxigena as formas de acumulação do capital. Essas abordagens são fortalecidas pelas narrativas da “iniciativa empreendedora” do ato de migrar (de trabalhador desempregado no país de origem para o possível migrante empreendedor no país de destino), com capacidade de ampliar a renda e contribuir para prover as necessidades da família no país de origem. Concomitante, é difundida a ideia de que as migrações internacionais produzem desenvolvimento e crescimento econômico nos países de origem dos migrantes, ao postular que as remessas



(dinheiro que os migrantes enviam para as suas famílias) se constituem em alavanca para o desenvolvimento e a redução da pobreza local.

A compreensão das migrações fica assim situada na esfera do imediato e da instrumentação das oportunidades do mercado de trabalho global e com expressões fragmentadas no campo das demandas na esfera pública (Estado). Esse viés analítico não esclarece a coerção silenciosa e as determinações estruturais subjacentes aos processos migratórios, ao excluir da análise o conjunto de constrangimentos (econômicos, sociais, culturais, políticos e as clivagens étnico-raciais) com os quais os migrantes se defrontam. Ao mesmo tempo, oculta a sua condição de existência como classe trabalhadora (força de trabalho), as desigualdades econômico-sociais e as assimetrias entre os países do capitalismo central e os países do capitalismo periférico e dependente.

A ideia latente nessas linhas teóricas hegemônicas sobre as migrações é a de que, o mercado oferece o meio para o exercício da “liberdade” individual e, dentre as alternativas que ele oferece, os indivíduos são seres livres, racionais e capazes de escolher o que melhor lhes convém, ordenar hierarquicamente suas preferências e realizar cálculos de equalização entre custos e benefícios sobre o ato de migrar. Entendem que as migrações e o mercado de trabalho se condicionam naturalmente e mutuamente, movidos por resultados das decisões locacionais dos circuitos produtivos do capital em determinados territórios (localização de empresas, fábricas, indústrias, comércio, etc.), e das decisões racionais dos indivíduos singulares - ou, no máximo, circunscrito à decisão familiar -, impelidos pelo critério de utilidade prática da decisão de migrar. Em grande medida, esses estudos vinculam-se ao uso de conceitos como capital social, capital humano, capital intelectual, com abordagens e apelos aos subjetivismos e adaptação de comportamentos para explicar “o mundo vivido” pelos migrantes.

As migrações são, nessa perspectiva, consideradas como fato necessário e natural para o equilíbrio entre o deslocamento espacial do capital, os fluxos de produção e a necessária (porém forçada) mobilidade da classe trabalhadora. Essa discussão implica que o indivíduo é uma abstração se se desconsidera seu aspecto mais concreto: as relações sociais estabelecidas no interior da sociedade capitalista que conformam a vida social na dialética capital-trabalho (sua riqueza e sua miséria). Sem lançar luz sobre as relações sociais de produção, a propriedade privada e o processo de proletarização da classe trabalhadora que antecedem e sobredeterminam os processos migratórios, o “universo intelectual no âmbito do qual ocorre esta construção teórico-conceitual não oferece qualquer lugar para uma reflexão acerca do deslocamento compulsório” (Vainer, 1998, p. 825).

Esses eixos de reflexão teórica se inscrevem, sobretudo, nos processos circunscritos pela visão unidirecional e a-histórica da vida social. É possível verificar, de acordo com Covarrubias e Delgado Wise, que o vigor interpretativo crítico declina nas



teorias que abordam apenas parte do processo social migratório ou o consideram isoladamente. Poucas vezes apresentam, segundo os autores, *“esfuerzos explicativos que pretendan cubrir el amplio rango de la dinámica migratoria desde una perspectiva multidimensional y multiespacial e inscribirla em el contexto global y de integración regional en el que se inserta”* (2012, p. 17).

Além disso, tais abordagens são comumente referenciadas desde a perspectiva analítica dos países do capitalismo central. Isto é, as epistemologias do Norte que se arrogam universais, negligenciam as perspectivas dos países, dos pesquisadores e dos migrantes das nações periféricas e ignoram as consequências delas decorrentes. Esse é um território complexo e controverso, onde se travam batalhas teóricas – e em disputa – na contenda epistemológica entre Norte Global e o Sul Global. Para Soares (2015), uma das maiores dificuldades diante da diversidade de enfoques teóricos empregados nas investigações sobre as migrações internacionais se encontra nas tentativas interpretativas – que se pretendem hegemônicas – e *“que pone el acento en las dinámicas históricas percibidas desde la experiencia de los países del centro, privilegiando su expansión y avatares, y perdiendo de vista las dinámicas históricas y los flujos humanos que se desarrollan en la periferia del mundo* (Soares, 2015, p. 42).

A complexidade dessa controvérsia se dá na significância do *locus* da produção teórica, ainda balizada pela lógica de dominação ou da pretensa hegemonia no campo da produção do saber e do conhecimento. Nessa lógica, argumenta Soares, continua cabendo ao Norte explicar o Sul, demarcada pela construção social classificatória, dicotômica, dissociável, pretensamente neutra e distante dos atuais e dos antecedentes mais sombrios do colonialismo e capitalismo para explicar as categorias exploração, dominação, imperialismo, subalternização dos sistemas econômicos, políticos, culturais vigentes e seus impactos na produção das migrações internacionais. Para Covarrubias e Delgado Wise,

Por lo general, la problemática migratoria ha sido analizada desde la perspectiva de los países receptores y bajo una lente muy superficial, etnocéntrica e individualista centrada en temas como los diferenciales salariales, el desplazamiento de trabajadores nativos, la situación de ilegalidad y la seguridad fronteriza. Tal visión aparte de distorsionar la realidad oscurece las causas de esta problemática y las posibilidades de afrontarla (2012, p. 6).

Muito recentemente surgiram vozes que questionam essas abordagens teóricas hegemônicas sobre as migrações internacionais, e postulam a necessidade de se questionar a visão dominante para explicar o modelo de acumulação e o poder do sistema capitalista mundial, as assimetrias entre centro e periferia, o desenvolvimento desigual e seus impactos nas forçadas migrações internacionais. Sugerem “a necessidade de se reformular a epistemologia do fenômeno das migrações para romper com a cortina de



fumaça sobre as condições materiais e os meios que tem aprofundado as migrações” (Quintanilha, 2018, p. 2). São as abordagens oriundas do pensamento crítico marxista que enfatiza os processos macrossociais, os determinantes estruturais, o lugar e o papel da coerção (re)velada das relações sociais capitalistas na produção dos compulsórios deslocamentos da classe trabalhadora, tais como: a Teoria Histórico-Estrutural (latino-americano/cepalino), a Teoria Marxista da Dependência e outros estudos marxistas que abordam a relação entre Desenvolvimento e Migração; Trabalho e migração; Acumulação e Migração.

Para essas perspectivas teóricas, uma das problemáticas abordadas no contexto das teorias dominantes “está na proposição de novas categorias em oposição a velhas categorias que ainda contêm potencial explicativo” (Vendramini, 2018, p. 243) para elucidar a categoria migração. Para a autora, a categoria migração pode e ainda deve ser compreendida recorrendo à dialética do materialismo histórico, por permitir analisar a realidade do movimento migratório para além da aparência e em sua totalidade. Para esse propósito, a contribuição da Crítica da Economia Política, em Marx,

constituye un mirador teorico para el estudio de las migraciones asociadas a las dinamicas de acumulacion mundial de capital, la generacion de sobrepoblacion, la mercantilizacion de la fuerza de trabajo y la procreacion de espacios de insustentabilidad social. Este enfoque analiza las relaciones sociales de explotacion, dominacion y opresion que sustentan el modelo de acumulacion y el sistema de poder en el sistema mundial (Covarrubias, 2010, p. 65-66).

Ou, ainda, de acordo com Simionatto,

O conhecimento, em Marx, não se apresenta apenas como ferramenta para a compreensão do mundo, mas, acima de tudo, como possibilidade de sua transformação, segundo as necessidades e os interesses de uma classe social. A ‘razão instrumental’ ou ‘fenomênica’, presente nas formulações anteriores, é substituída, em Marx, pela ‘razão dialética’ ou ‘razão ontológica’, que busca captar o real em suas múltiplas determinações e reafirmar o caráter histórico e criador da práxis humana (2009, p. 90).

Diante do exposto, evidencia-se que estudos sobre as migrações internacionais na contemporaneidade não escapam dos desafios teórico-metodológicos e, sem dúvida, é uma questão complexa. Sua problematização estabelece, ao mesmo tempo, posturas e confrontações de conceitos, visões políticas de mundo, projetos societários em disputa – conservadores ou emancipatórios – que determinam, em última instância, a transformação ou a perpetuação da ordem social capitalista. Por entender que os migrantes e os processos migratórios são determinados pelas relações sociais que caracterizam a mundialização das operações do capital em seus movimentos de produção e reprodução para a acumulação, reitera-se a importância do referencial marxiano e o diálogo com autores/as da tradição marxista para compreender e desvendar (na perspectiva da totalidade, ainda que



incompleta) um tema tão complexo, caso contrário, incorre-se no risco de sua naturalização. A sociabilidade capitalista, de acordo com Covarrubias e Delgado Wise,

conjuga una maraña de flujos migratorios internos e internacionales que responden a las dinámicas del capital, en especial a la nueva división nacional e internacional del trabajo. En el trasfondo, las migraciones configuran una modalidad significativa de transferencia de recursos económicos y humanos en beneficio del gran capital, dinámica asociada a la acumulación por despojo y la emergencia de formas de superexplotación del trabajo inmediato y el control del trabajo científico-tecnológico (2013, p. 26).

Nesse sentido, desconsiderar a análise da totalidade histórica como unidade dialética e contraditória da sociedade ou, ainda, como alerta Lefèbvre (1975, p. 238), “isolar um fato, um fenômeno e depois conservá-lo pelo entendimento neste isolamento, é privá-lo de sentido, de explicação, de conteúdo”. Os fenômenos sociais – e aqui se inserem as migrações internacionais – requerem interpretações que não se esgotam na aparência fenomênica dos fatos em si, circunscritos por explicações monocausalistas dos processos sociais e limitados ao mundo da pseudoconcreticidade. Se assim o for, incidem na banalização das totalidades constitutivas da vida social, quando esta é explicada de forma simplista e dissociada das relações sociais em suas múltiplas expressões, dimensões, determinações, movimentos e contradições históricas.

As migrações internacionais e o ser social migrante – ser real, que vive em sociedade e se objetiva na vida social, portanto, sujeito histórico – não se explicam em si mesmos, como fatos isolados e desvinculados da realidade social ou das determinações estruturalmente constitutivas de grandes acontecimentos na história da humanidade, como a escravidão, o colonialismo, a capitalismo e a formação dos Estados nacionais. Da mesma forma, não é presumível apreender o processo social migratório redutível ao âmbito individual de sua manifestação, tanto no tempo quanto no espaço ou, ainda, como desdobramento das narrativas sobre a essência humana propriamente nômade e bélica (Ramonet, 2002).

Assim, a importância de Marx e de autores da tradição marxista para os estudos das migrações internacionais reside no fato de essa teoria social decodificar e desnaturalizar as relações sociais e materiais de vida existentes no capitalismo, responsáveis por produzir um exército industrial de reserva (superpopulação relativa), forçado a migrar para prover os meios de existência, conforme expresso por Marx em “A Lei Geral da Acumulação Capitalista”, capítulo 23 de *O Capital* (Marx, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão histórica das migrações internacionais supõe um duplo e simultâneo movimento: explicar e compreender (Fontes, 2009). Explicar exige identificar as



relações e conexões fundamentais dos fenômenos sociais, neste caso, expressas na materialidade das determinações derivadas da própria existência das relações sociais capitalistas que incidem na reprodução social dos contingentes migrantes e dos fluxos migratórios envolvidos. Compreender, continua a autora, implica apreender e aprofundar os sentidos e significados, muitas vezes contraditórios e mesmo antagônicos, plasmados no movimento concreto da sociabilidade capitalista. O que significa, portanto, romper com as tradições envoltas numa equação tensionada pelo pragmatismo imediato do cotidiano que impera na razão prático-instrumental das teorias positivistas e suas derivações para explicar as migrações internacionais, desvinculadas dos fundamentos constitutivos da totalidade da vida social mediada por complexas determinações, manifestadas por meio de relações sociais, modo de produção, condições objetivas de vida e de trabalho humano. Neste sentido, dado o contexto neoliberal e neoconservador do capital, as análises acerca das migrações internacionais não apresentam nenhum caráter de neutralidade, pois estão circundadas por espaços de pobreza, desigualdade social, guerras, discriminação étnico-racial vivenciados nos lugares que lhes são definidos e impostos na sociedade, por sua procedência de classe e sua condição social.

REFERENCIAS

- ARANGO, Joaquín. La explicación teórica de las migraciones: luces y sombras. **Revista Migración y Desarrollo**, Red Internacional de Migración y Desarrollo, México, n. 1, p. 1-29, 2003. Disponível em: <http://www.pensamientocritico.org/joaara1111.htm>. Acesso em: 17 jul. 2018.
- CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global. Uma perspectiva desde a transformação social. **Revista Internacional de Mobilidade Humana**, Brasília, ano 17, n. 35, p. 11-43, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/227/210>. Acesso em: 13 maio 2018.
- COVARRUBIAS, Humberto Márquez. Desarrollo y migración: una lectura desde la economía política crítica. **Migr. desarro**, Zacatecas, v. 8, n. 14, p. 59-87, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-75992010000100004. Acesso em: 19 set. 2018.
- COVARRUBIAS, Humberto Márquez; DELGADO WISE, Raúl. **Espejismos del Rio de Oro: dialectica de la migracion y el desarrollo en Mexico**. Universidad Autónoma de Zacatecas: Editora Miguel Ángel Porrúa, 2012.
- COVARRUBIAS, Humberto Márquez; DELGADO WISE, Raúl. **Migración forzada y desarrollo alternativo. Una perspectiva del sur**. 1 ed., Quito: Editorial IAEN, 2013. (Cuadernos Subversivos, n. 8).
- FONTES, Virgínia. Determinação, história e materialidade. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 2, p. 209-229, jul./out. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462009000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 26 jul. 2018.
- HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.



- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução Célia Neves e Alderico Toribio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. UFSC. **Rev. Katálysis**, Florianópolis v. 10 n. esp., p. 73-82, 2007.
- LEFÈBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo, Boitempo, 2017.
- NETTO, José Paulo. Entrevista. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9 n. 2, p. 333-340, jul./out, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v9n2/10.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2016.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES - OIM. **Glossário sobre Migração**. n. 22. Genebra, Suíça: Editora Organização Internacional para as Migrações, 2009a. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf> Acesso em: 10 nov. 2017.
- PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a02v2057.pdf> Acesso em: 17 jul. 2017.
- QUINTANILHA, Karina. Trabalhadores deslocados: aspectos teóricos da migração forçada, movimentos sociais e nova lei de migração no Brasil. *In*: Conferência internacional greves e conflitos sociais - crises do capitalismo, novas e velhas formas de protesto., 4., 2018. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FFLCH USP. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326841824_Trabalhadores_deslocados_aspectos_teoricos_da_migracao_forcada_movimentos_sociais_e_nova_lei_de_migracao_no_Brasil Acesso em: 25 set. 2019.
- RAMONET Ignacio. **Guerras do Século XXI: novos medos, novas ameaças**. Trad. José Martins. Porto, Portugal, Campo das Letras, 2002.
- SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 87-106.
- SOARES, Alfredo dos Santos. **Migrantes Forzados: Contextos y Desafios de "Responsabilidad de Proteger" em el siglo XXI**. Madrid, Espanha: Universidad Pontificia Comillas, 2015.
- VAINER, Carlos Bernardo. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. *In*: Encontro Nacional de Estudos Populacionais. 11., 1998, Caxambu, MG. **Anais [...]**. São Paulo: ABEP, 1998. p. 819-835. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/866/832>. Acesso em: 24 nov. 2018.
- VENDRAMINI, Célia Regina. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239-260, jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n2p239>. Acesso em: 26 fev. 2019.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. *In*: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 143-163.